



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

045. PROVA OBJETIVA

SUPERVISOR EDUCACIONAL
(CÓD. 045)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 07**.

Houve um tempo em que o jornalismo investigativo vivia de entrevistas confidenciais que pessoas bem informadas sobre algum assunto de interesse davam a repórteres em que confiavam, em troca de não terem sua identidade revelada.

Eram tempos em que uma caneta, um bloquinho e uma agenda de telefones privilegiada constituíam todo o básico de investigação de qualquer jornalista. Um profissional sério desprezava até os gravadores de fita cassete, que, em geral, intimidavam os entrevistados. A palavra gravada precisava ser cuidadosamente medida e calculada. Em *off*, a conversa corria mais solta. Assim nasciam os grandes furos.

Por óbvio, naquele tempo já havia pequenos aparelhos desenvolvidos pelas agências de espionagem internacionais que permitiam instalar dispositivos de gravação e filmagem disfarçados de abajures, canetas, óculos e até botões de roupa. Nada disso, porém, era de fácil acesso às pessoas comuns – o que só mudaria com o advento dos *smartphones*, a partir do final da década de 1990.

A cumplicidade entre internet e dispositivos móveis de captação de som, imagem e informação, com a possibilidade de retransmissão instantânea do material captado, alterou de vez a relação entre o homem moderno e seu ambiente social. Começava, nesse momento, a grande derrocada da privacidade como a conhecemos um dia.

A primeira rede social via internet nos moldes atuais, a *Classmates*, surgiu em 1995, nos Estados Unidos e Canadá. Era voltada para a troca de informações entre estudantes universitários. Desde então, as redes se multiplicaram e acabaram por se transformar nos principais polos de disseminação de informação do planeta. A maior rede disponível hoje, o Facebook, foi criada em 2004 por estudantes de Harvard e reúne mais de 2,2 bilhões de usuários, entre pessoas reais, perfis falsos e robôs.

Por meio das redes, a indústria e o comércio sabem o que mais consumimos, presidentes são eleitos e derrubados, e os pecados que gostaríamos de ver escondidos são tornados públicos.

O onipresente olho nos acompanha a cada passo que damos, reconhecendo-nos quando circulamos, pretensamente anônimos, em meio às multidões dos blocos carnavalescos.

(Luiza Pastor. *Redes sociais destruíram ideia de privacidade*, diz pesquisadora. www1.folha.uol.com.br, 28.06.2019. Adaptado)

01. Segundo o texto, é correto afirmar que

- (A) a combinação de diferentes tecnologias possibilitou que o jornalismo investigativo mudasse a sua dinâmica de atuação e a forma como os “furos” são conseguidos.
- (B) pequenos dispositivos disfarçados, como itens de casa ou de vestimenta, e agendas eletrônicas possibilitavam a poucas pessoas uma investigação discreta e eficaz.
- (C) há um monitoramento constante dos cidadãos quando estes estão em festas nacionais, visando a uma maior segurança dos que participam dessas comemorações.
- (D) entrevistas gravadas são mais difíceis de serem feitas, não só por exigirem um aparato eletrônico, mas também porque a linguagem empregada pode ser mais coloquial.
- (E) o problema dos perfis falsos e robôs nas redes sociais é grave, por interferirem no poder de decisão das pessoas e por roubarem informações de ordem privada.

02. A autora do texto afirma que

- (A) estudantes universitários são responsáveis pelos grandes escândalos que estampam as páginas dos jornais, já que são os criadores das redes sociais.
- (B) o fim do século XIX e o começo do século XX representam o momento de maior efervescência na discussão dos limites da privacidade.
- (C) as redes sociais concebidas na América do Norte tornaram possível a qualquer cidadão invadir a privacidade alheia e manipular dados inverídicos, fazendo-os parecer verdadeiros.
- (D) o material que se encontra escrito nas redes sociais tem menor poder do que a palavra gravada, devido à maior credibilidade do que é registrado em áudio e/ou vídeo.
- (E) os *smartphones* são os responsáveis pelo declínio da privacidade, já que podem enviar para a internet conteúdos que foram capturados pelo próprio aparelho.

03. No último parágrafo, o vocábulo **pretensamente**, no contexto em que se encontra, dá ideia de algo

- (A) irreal, mas presente no imaginário das pessoas.
- (B) confirmado por evidências empíricas.
- (C) desejado, mas impossível de ser alcançado.
- (D) suposto, mas não necessariamente real.
- (E) relativizado pelas condições em que cada indivíduo se encontra.

04. Em destaque, encontra-se vocábulo empregado em sentido figurado em:

- (A) Houve um tempo em que o jornalismo investigativo vivia de entrevistas **confidenciais** que pessoas bem informadas... (1º parágrafo)
- (B) Um profissional **sério** desprezava até os gravadores de fita cassete, que em geral intimidavam os entrevistados. (2º parágrafo)
- (C) Começava, nesse momento, a grande **derrocada** da privacidade como a conhecemos um dia. (4º parágrafo)
- (D) ... que permitiam instalar dispositivos de gravação e filmagem disfarçados de **abajures**, canetas, óculos e até botões de roupa. (3º parágrafo)
- (E) Por meio das redes, a indústria e o comércio sabem o que mais **consumimos**, presidentes são eleitos e derrubados ... (6º parágrafo)

05. Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão da língua quanto à pontuação.

- (A) A indústria e o comércio, sobretudo o on-line rastreiam nossas atividades para venderem mais.
- (B) Para se preservar, pessoas públicas – da política ou das artes –, falam “em off” com jornalistas.
- (C) Precisamos nos questionar diariamente: se o que fazemos on-line está protegido?
- (D) É, por intermédio da imprensa, que, hoje temos acesso ao que de fato acontece no mundo.
- (E) Antes a vida alheia era exposta nas praças; hoje os meios são outros: as redes sociais.

06. Encontra-se em conformidade com a norma-padrão da língua, quanto ao emprego e à colocação dos pronomes, a seguinte frase:

- (A) Os grandes furos nasciam de conversas, e os informantes eram quem os providenciava.
- (B) Jornalistas sérios conheciam os gravadores de fita cassete, mas desprezavam-o.
- (C) Além de medir bem a palavra gravada, o profissional adequadamente calcula-a.
- (D) A privacidade começou a decair e não lhe protegem por causa dos interesses escusos.
- (E) As pessoas com seus pecados, muitos ou poucos, os levam para a internet, os tornando públicos.

07. Considere a seguinte passagem do texto:

“A primeira rede social via internet nos moldes atuais, a *Classmates*, surgiu em 1995, nos Estados Unidos e Canadá. Era voltada para a troca de informações entre estudantes universitários. Desde então, as redes se multiplicaram e acabaram por se transformar nos principais polos de disseminação de informação do planeta.” (5º parágrafo)

Nesse trecho, o vocábulo que expressa sentido de **meio** é:

- (A) entre
- (B) para
- (C) por
- (D) via
- (E) do

Leia a tira para responder às questões de números 08 a 10.



(Bill Watterson. *O melhor de Calvin*, 07.07.2019. <https://cultura.estadao.com.br>)

08. A “mente científica”, anunciada no 1º quadro, fica representada na tira por meio

- (A) da provocação argumentativa feita por Calvin, a qual tem o objetivo de mudar a maneira como a garota entende a anatomia humana.
- (B) de uma hipótese que Calvin tem sobre algo que acredita ser possível e que pretende comprovar se valendo de um experimento.
- (C) da relação que há entre a curiosidade e o fato de a mente masculina ser mais propensa a desvendar o que está por trás do funcionamento das coisas.
- (D) da tentativa de realização de um experimento sem fundamento, como tudo o que é feito na Ciência, e que acidentalmente pode levar a alguma descoberta.
- (E) da necessidade de provar para alguém que na Ciência está a resposta para todos os questionamentos que a humanidade possa ter.

09. Assinale a alternativa que completa corretamente a frase a seguir, segundo a norma-padrão da língua portuguesa e as ideias presentes no texto.

No último quadro, _____ a garota _____ do que Calvin propunha, ela _____, irritada.

- (A) embora ... tenha se convencido ... saiu
- (B) ainda que ... se contrariou ... ficara
- (C) já que ... não gostou ... foi embora
- (D) apesar de ... repudiar ... partiu
- (E) como ... se certificou ... teria dado as costas

10. Quanto ao emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que apresenta frase em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) De diretores de escola à professores, todos precisam se envolver nas atividades escolares.
- (B) Graças à um interesse maior pela ciência, tem sido possível incentivar experimentos na escola.
- (C) Crianças não estão acostumadas à ver os fatos científicos que estão no cotidiano delas.
- (D) Tem crescido o número de pais e filhos que visitam às feiras de ciências nas grandes cidades.
- (E) Experiências científicas, infelizmente, estão limitadas às escolas que podem pagar por elas.

11. Conforme a Lei Orgânica do Município de Campinas, artigo 230, o Conselho das Escolas Municipais e os conselhos de escola terão por princípio, entre outros,

- (A) implantar gradativamente, de acordo com a demanda, nas escolas da rede municipal de ensino, o período noturno.
- (B) atender os portadores de deficiência na rede escolar municipal, assegurando-lhes matrícula em estabelecimentos próximos a sua residência.
- (C) garantir o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, na rede municipal, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (D) atender ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e alimentação.
- (E) incentivar a consciência crítica, no sentido de transformar em agente ativo as pessoas que participam do processo educativo.

12. A Progressão Vertical é a passagem de um nível para outro superior, mantido o grau, mediante apresentação de títulos, diplomas ou certificados vinculados à área de atuação ou de conhecimento relacionado ao cargo. Conforme a Lei Municipal nº 12.987/2007, artigo 33, um dos motivos que tornam o servidor do Magistério inapto para a Progressão Vertical é ter

- (A) sofrido pena disciplinar nos últimos três anos.
- (B) faltado ao trabalho sem justificativas.
- (C) obtido licença para cuidar da própria saúde.
- (D) se afastado da função para tratar de assuntos pessoais.
- (E) usufruído de afastamento para cuidar da saúde de parente próximo.

13. Existem dois tipos de Códigos de Conduta: os Códigos de Conduta _____, que são aqueles que não permitem decisão por parte do servidor, devendo ser cumpridos fielmente e obrigatoriamente, como, por exemplo, a legislação; e os Códigos de Conduta _____, que são aqueles que permitem algum grau de decisão e escolha por parte do servidor e variam sua forma nas instituições, nos departamentos etc.

De acordo com o Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) Normativos ... Facultativos
- (B) Prescritivos ... Descritivos
- (C) Legislativos ... Condicionais
- (D) Imperativos ... Constitutivos
- (E) Regulativos ... Circunstanciais

14. Conforme o artigo 5º da Lei nº 12.501/2006, que institui o Sistema Municipal de Ensino, é uma finalidade do Sistema Municipal de Ensino, entre outras,
- (A) distribuir bolsas de estudo em nível superior aos que não dispõem de recursos para se manter em instituições privadas.
 - (B) assegurar formação, produção e a pesquisa científica que possibilite o direito à aprendizagem a todos os educandos.
 - (C) oferecer atendimento educacional gratuito aos educandos com necessidades especiais, em Centros de Atendimento Especializado (CAEs).
 - (D) oferecer educação infantil, garantindo acesso e permanência gratuitos em tempo integral nas Unidades Educacionais às crianças de 2 meses até 6 anos.
 - (E) viabilizar projetos e programas especiais de apoio financeiro aos pais das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.
15. Os Supervisores Educacionais constituem a Equipe Educativa do Naed (Núcleo de Ação Educativa Descentralizada). Conforme a Portaria SME nº 69/2018 (Regimento Escola Comum da Rede Municipal de Ensino de Campinas), artigo 12, é uma das atribuições do Naed
- (A) encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações na infraestrutura física da Unidade Educacional – UE, após a apreciação do Conselho de Escola.
 - (B) identificar e propor ações formativas necessárias à implementação do Projeto Pedagógico e articuladas com a política de formação da SME.
 - (C) acompanhar os procedimentos relacionados às demandas de infraestrutura e recursos humanos das Unidades Educacionais – UEs.
 - (D) proceder à reposição de conteúdos, carga horária e/ou dias letivos, quando necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno.
 - (E) promover a recuperação de estudos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino-aprendizagem, no decorrer do período letivo.
16. Conforme as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, cabe às escolas
- (A) conscientizar os estudantes de que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana se restringe à população negra.
 - (B) incluir no contexto dos estudos e das atividades as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia.
 - (C) mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia pelo africano, ou seja, enfatizar o estudo da história e da cultura dos povos africanos.
 - (D) promover ações que visem a uma homogeneização cultural da sociedade brasileira, a fim de que um dia as pessoas possam ser iguais em seus valores, costumes e crenças.
 - (E) punir exemplarmente os alunos que desvalorizam a história e a cultura dos povos africanos, asiáticos e indígenas, inibindo assim preconceitos e discriminações.
17. A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. Conforme as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, reconhecer é também
- (A) compreender que são tarefas exclusivas da escola combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial e empreender reeducação das relações étnico-raciais.
 - (B) entender que o racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento atingem unicamente os negros, e até os negros se discriminam entre si e são racistas.
 - (C) admitir que os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, têm hoje de assumir a culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados.
 - (D) buscar meios de reparação aos afro-brasileiros, incluindo a aplicação de multas para os descendentes de senhores de engenho e a criação de cotas nas universidades.
 - (E) valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade.

18. Segundo a Lei nº 9.394/1996, artigo 24, a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

- I. por _____, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
- II. por _____, para candidatos procedentes de outras escolas;
- III. independentemente de escolarização anterior, mediante _____ feita pela escola [...].

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) promoção ... transferência ... avaliação
- (B) avaliação ... transferência ... promoção
- (C) promoção ... avaliação ... transferência
- (D) aceleração de estudos ... promoção ... avaliação
- (E) aproveitamento de estudos ... avaliação ... transferência

19. Segundo a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Conforme o Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas, a _____ significa que as ações devem ser realizadas da melhor forma possível, visando à economia de recursos, à destinação correta de materiais e serviços etc.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) eficiência
- (B) legalidade
- (C) moralidade
- (D) publicidade
- (E) impessoalidade

20. Conforme o documento *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*, incluem-se no grupo de alunos com transtornos globais do desenvolvimento as crianças com

- (A) afasia, disfasia e transtornos relacionados à dislexia.
- (B) afasia, Transtorno da Expressão Escrita e Síndrome de Borderline.
- (C) autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.
- (D) discalculia, disgrafia e disfunções psicomotoras.
- (E) dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e síndrome de Down.

21. A escola é fator importantíssimo para promover mudanças e tornar possível o desenvolvimento e a estruturação de crianças com Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Conforme a *Revista da Educação Especial* (v. 4, n. 1, jan./jun. 2007a), as crianças com TID apresentam, entre outras, as seguintes características básicas:

- (A) têm excessiva dificuldade em manter o foco em uma atividade que exija esforço mental prolongado ou precise ser desempenhada com regras.
- (B) apresentam dificuldades para rever situações e erros, dificuldade de fazer conclusões, síntese e análise de atitude.
- (C) têm problemas para decodificar as letras do alfabeto e dificuldades em todas as atividades que estão relacionadas com a leitura.
- (D) agem como se não ouvissem, resistem ao aprendizado e às mudanças de rotinas e apresentam movimentos estereotipados.
- (E) sofrem de hiperatividade, agem com muita impulsividade e têm déficit de atenção, acarretando problemas de aprendizagem.

22. Com a Declaração de Salamanca, inaugura-se o mais novo e mais justo paradigma da história da educação das pessoas com deficiência, o paradigma da inclusão. Entretanto, segundo a *Revista da Educação Especial* (v. 4, n. 1, jan./jun. 2007a), com relação a um grupo determinado de pessoas, a Declaração deixa uma exceção aberta à inclusão: ela sugere que, devido a problemas de comunicação que essas pessoas enfrentam, a educação delas pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. Esse grupo é composto por alunos

- (A) cegos.
- (B) surdocegos.
- (C) autistas.
- (D) hiperativos.
- (E) superdotados.

23. Conforme a Lei nº 9.394/1996, artigo 31, a educação infantil será organizada de acordo com algumas regras comuns, entre elas,

- (A) acolhimento de crianças de 3 (três) a 5 (cinco) anos de idade em pré-escolas, visando ao pleno desenvolvimento e aprendizagem delas.
- (B) carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho educacional.
- (C) avaliação mediante observação e registro do desenvolvimento das crianças, com o objetivo de promoção.
- (D) controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 70% (setenta por cento) do total de horas.
- (E) atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24. Em uma escola pública municipal, um Supervisor Educacional coagiu pessoas subordinadas a ele com objetivos de natureza partidária. Coagidas, essas pessoas tiveram de trabalhar em uma campanha eleitoral para conseguir votos para um partido X, ao qual o Supervisor Educacional era filiado. Conforme o Estatuto do Servidor Público de Campinas, artigos 185 e 198, será aplicada ao Supervisor, por coagir subordinados com objetivos de natureza partidária, a pena de
- (A) demissão.
 - (B) multa.
 - (C) suspensão.
 - (D) repreensão.
 - (E) advertência.
25. A Comissão Permanente de Avaliação Probatória, nomeada pelo Prefeito Municipal, com mandato de 04 (quatro) anos, será composta de três servidores efetivos estáveis como titulares e três servidores efetivos estáveis como suplentes indicados pela Administração Municipal, para os casos de impedimentos legais. Conforme o Decreto Municipal nº 15.514/06, artigo 9º, entre outras, é uma atribuição da Comissão Permanente de Avaliação Probatória
- (A) avaliar dia a dia a aptidão do servidor estagiário para a função que lhe foi designada e a necessidade de sua integração nas diversas atividades, visando à qualidade do trabalho.
 - (B) emitir parecer relatando a prática de falta grave pelo servidor estagiário, a sua inaptidão na avaliação de desempenho, além de outros fatos relevantes.
 - (C) encaminhar à Secretaria Municipal de Recursos Humanos os documentos referentes à avaliação de desempenho para arquivamento e anotações no prontuário de cada servidor avaliado.
 - (D) preencher, no prazo de 7 (sete) dias úteis, o instrumento de avaliação do servidor estagiário devidamente, apontando, quando for o caso, as possíveis causas do baixo desempenho.
 - (E) verificar nas UEs, presencialmente, a assiduidade do servidor estagiário, que não pode se ausentar por mais de 05 (cinco) dias consecutivos em cada período de avaliação de estágio probatório.
26. Na mesma proporção da autonomia da escola, cresce a responsabilidade das escolas na implementação da gestão democrática, na qual pais, alunos e educadores são chamados a construir juntos o Projeto Político-Pedagógico. No coração desse projeto, está o currículo da escola. Sabe-se que é vasta a produção teórica a respeito do currículo, assim como são diversas as definições sobre o que seja ou deva ser o currículo escolar. No documento *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação*, currículo é definido como
- (A) uma lista de conteúdos e estratégias de ensino, elaborados pelos atores da unidade escolar, a serem observados pelos professores.
 - (B) uma forma de respeitar as necessidades e interesses dos educandos e suas famílias garantindo o que as diretrizes da educação determinam.
 - (C) uma relação das disciplinas que compõem a matriz curricular com todos os projetos didáticos e saídas escolares.
 - (D) um conjunto de práticas culturais que reúne saberes/conhecimentos e modos de se lidar com eles, além das relações interpessoais vivenciadas no ambiente educativo.
 - (E) o ideário da escola, inspirada nos princípios liberais, cujo projeto social é o de se ensinar os conteúdos e habilidades para adaptação dos indivíduos ao mundo do trabalho.
27. Ao analisar novas formas de organização do trabalho pedagógico e da escola, o documento *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação* propõe uma organização que compreende períodos de escolarização que ultrapassam as séries anuais, organizados em blocos que variam de dois a cinco anos de duração. Estabelece que a ordenação do conhecimento se faz em unidades de tempo maiores e mais flexíveis, de forma a favorecer o trabalho com clientela de diferentes procedências e estilos ou ritmos de aprendizagem. Nesse sentido, o documento está definindo
- (A) as séries progressivas.
 - (B) a promoção automática.
 - (C) a progressão continuada.
 - (D) os ciclos de aprendizagem.
 - (E) a avaliação continuada.

28. A avaliação implica, de maneira explícita ou não, projetos de sociedade e concepções de sujeito e de aprendizagem, dirigidos pelas referências culturais e políticas de quem avalia. Assim, uma prática de avaliação emancipatória deve explicitar seus instrumentos, critérios e valores. A avaliação é, portanto, uma atividade que envolve legitimidade técnica e legitimidade política na sua realização. Segundo o documento *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação*, na avaliação institucional participativa feita em cada escola busca-se um modelo que se aproxime de uma avaliação
- (A) mais compreensiva, visando ao planejamento e à realização de ações, isto é, à produção de políticas públicas pautadas em um padrão de qualidade explícito, atualizado, inclusivo e negociado.
 - (B) mais subjetiva, adotando a linha da autoavaliação, voltada para o sujeito cognoscente, preocupado com o seu eu e seu mundo interior.
 - (C) por competências, habilidades e atitudes, voltada para a formação do profissional preparado para suportar as frustrações e competições do mercado de trabalho.
 - (D) que promova a competição, a classificação e o ranqueamento, típico de uma cultura avaliativa que estimula os alunos a sempre produzir muito mais do que são capazes.
 - (E) que adota um sistema classificatório a partir do desempenho do aluno obtido por meio notas atribuídas a partir de provas regulares.
29. Segundo as *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação*, o trabalho com projetos é uma das possibilidades da efetivação das diretrizes curriculares nas unidades educacionais municipais de educação infantil. Nesse sentido, as Diretrizes pontuam que se entende como projeto
- (A) o trabalho educativo desenvolvido a partir de temas geradores ou centros de interesses.
 - (B) o trabalho desenvolvido pelo professor a partir do conteúdo que foi estabelecido no início do período letivo.
 - (C) um conjunto de formulações gerais definidas pela equipe técnica com base em seu projeto pedagógico.
 - (D) o ensino individualizado, no qual o professor atende as necessidades de cada aluno de maneira focada.
 - (E) aquele trabalho em que a escolha do objeto de estudo irá partir da realidade em que o grupo de bebês e crianças pequenas está inserido.
30. As *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação* concebe que a avaliação na educação infantil é intrínseca ao processo educativo. A instituição define, de maneira participativa e democrática, princípios de trabalho, critérios, formas e instrumentos de realização da avaliação das práticas educativas. Na Rede Municipal de Ensino de Campinas, segundo as Diretrizes,
- (A) a avaliação deve ser desenvolvida com o objetivo de promoção da criança para o ingresso no ensino fundamental.
 - (B) o planejamento engloba a intencionalidade das ações e formas de registro e avaliação, que apontam para o seu redimensionamento constante.
 - (C) a avaliação tem o propósito de identificar o quanto a criança foi capaz de assimilar os conceitos trabalhados em relação aos seus colegas de grupo.
 - (D) a criança deve ser considerada um ser criativo e participativo, de tal modo que a atenção que recebe é para ajustar seu ritmo de aprendizagem ao programa que o professor deve implementar.
 - (E) o aluno deve ser considerado um indivíduo que reage aos estímulos de forma a corresponder às respostas esperadas pela escola, para ter êxito e avançar.
31. A avaliação, como prática escolar, nunca será neutra e estará sempre a serviço de um projeto de sociedade e, portanto, de sujeito. Ou seja, ela é marcada por valores socialmente estabelecidos e pelas relações de poder que levam certos valores a predominarem sobre outros em cada momento histórico. Segundo as *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação*, ela serviria, principalmente,
- (A) como um processo que se esgota na construção e aplicação de instrumentos que pretendem oferecer um julgamento de valor daquilo que foi aprendido.
 - (B) para medir, classificar e registrar sucessos e fracassos dos alunos ao longo de sua vida escolar.
 - (C) para sistematizar a promoção automática em sua relação com a progressão das aprendizagens.
 - (D) como um instrumento de compreensão dos sujeitos em seu processo de construção de conceitos e leitura do mundo.
 - (E) para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno, possibilitando identificar aquele que domina o conteúdo trabalhado em oposição ao que não domina.

- 32.** Estela é uma Supervisora Educacional do Sistema Municipal de Ensino de Campinas. Em reunião com os Diretores para analisar o Lei Municipal nº 11.689, de 06/03/2003, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros às unidades educacionais públicas municipais, afirma corretamente que, segundo o artigo 1º, os recursos financeiros serão
- (A) depositados, semestralmente, em conta corrente em nome do Diretor da Unidade Escolar.
 - (B) destinados a completar o salário dos servidores da escola.
 - (C) destinados à execução de gastos rotineiros para a manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - (D) repassados, mensalmente, de forma direta às Unidades Educacionais.
 - (E) destinados a suprir os gastos da Escola com a compra de alimentos para a merenda escolar.
- 33.** Conforme o Decreto Municipal nº 14.524, de 14/11/2003, dentre os critérios e normas estabelecidos para o repasse de recursos financeiros às unidades educacionais públicas municipais, encontra-se a necessidade
- (A) da apresentação do Plano de Aplicação Semestral de Recursos, devidamente aprovado pelo Conselho de Escola da Unidade Educacional.
 - (B) da indicação, por parte do Diretor da Escola, de um professor responsável pela prestação de contas dos recursos.
 - (C) da atualização do número de alunos da Unidade Educacional até o dia 30 de cada mês.
 - (D) de que a apresentação do Plano de Aplicação dos Recursos ocorra no 1º semestre, até o início do ano letivo.
 - (E) de que a escola não atrase a entrega da prestação de contas, sob pena de perda definitiva dos recursos.
- 34.** Para efetivar e consolidar a gestão escolar democrática, são necessários mecanismos que fortaleçam a participação da comunidade, da família, do aluno, do professor e do funcionário da escola, sendo um deles o Conselho de Escola. Segundo a Lei Municipal nº 6.662/1991, caberá ao Conselho de Escola
- (A) discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.
 - (B) zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, como um órgão público permanente e autônomo.
 - (C) estabelecer, para o âmbito da escola, diretrizes e critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade.
 - (D) opinar e deliberar sobre assuntos didático-pedagógicos, fundamentados no Projeto Político-Pedagógico da escola e em seu Regimento Escolar.
 - (E) acolher as reclamações da comunidade escolar em relação aos professores e pessoal administrativo e aplicar as punições cabíveis.
- 35.** A respeito do Conselho de Escola nas Unidades Educacionais do Município de Campinas, segundo a Lei Municipal nº 6.662/1991, é correto afirmar que
- (A) tem como um de seus objetivos propiciar a mais ampla participação da comunidade no processo educacional da unidade, reconhecendo o seu direito e o seu dever quanto a isso.
 - (B) devem os seus Conselheiros serem eleitos entre seus pares, a cada dois anos, até 30 (trinta) dias antes do início do ano letivo, em eleição com escrutínio secreto.
 - (C) poderão ser eleitos como Conselheiro apenas aqueles que fizerem o Curso de Formação para Conselheiros Escolares ofertado pelo Ministério da Educação.
 - (D) deve ser composto, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 40 (quarenta) conselheiros vinculados à Unidade Escolar e do diretor da respectiva unidade.
 - (E) terão apenas direito a voz, por força legal, os representantes dos alunos membros do Conselho Escolar.
- 36.** O Conselho das Escolas Municipais contribui para estabelecer um maior controle da gestão municipal de ensino e pode ser um importante pilar de uma gestão democrática, com a participação da sociedade civil nas decisões políticas relacionadas à educação no Município. A Lei Municipal nº 7.145/1992, que estabelece o objetivo, a competência e dá normas de funcionamento do Conselho das Escolas Municipais de Campinas, determina que
- (A) tem entre seus objetivos avaliar o desempenho dos servidores públicos da área de educação.
 - (B) é um órgão consultivo, deliberativo e normativo do processo educativo que acontece na Rede Municipal de Ensino.
 - (C) será composto por representantes do governo municipal, da comunidade escolar e da sociedade civil em geral escolhidos pelo Prefeito Municipal.
 - (D) poderá fazer parte do Conselho pessoas da comunidade que não tenham vínculo com a escola, mas que se mostrem interessadas pelas questões educacionais.
 - (E) deverá receber a gratificação por função os conselheiros professores, especialistas em educação e funcionários pelas horas despendidas com as reuniões do Conselho.

- 37.** Ana, uma Supervisora Educacional, ao consultar a Lei Municipal nº 6.894/1991, percebeu que ela tem por finalidade incentivar, coordenar e orientar o processo educacional na Rede Municipal de Campinas, objetivando o mais amplo desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício da cidadania. Pôde constatar também, em seu artigo 15, que poderá
- (A) afastar-se do cargo, sem direito a vencimento e demais vantagens, por 02 (dois) anos e que só lhe será concedida uma nova licença após 2(dois) anos.
 - (B) gozar férias e mais 30 (trinta) dias de recesso por ano, previsto em calendário escolar.
 - (C) afastar-se para exercer outras funções por um prazo superior a 30 dias, podendo ter substituição durante todo o período.
 - (D) exercer suas funções em entidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação de Campinas, perdendo seus vencimentos e demais vantagens do cargo.
 - (E) ocupar um cargo em comissão, no exercício de suas funções, tendo assegurados todos os seus direitos e vantagens.
- 38.** Paloma é uma imigrante venezuelana que veio para o Brasil em busca de melhores condições de vida para seus filhos. Um deles, já com sete anos, nunca frequentou a escola regular, embora tenha um desenvolvimento cognitivo acima da média. Ao tentar matricular seu filho em uma escola pública, foi informada de que a criança deveria ser matriculada no primeiro ano do Ensino Fundamental. Embora ela não tenha concordado, mesmo assim, a escola manteve sua decisão. Assim, decidiu recorrer ao Conselho Municipal de Educação. Ao dar um parecer que permite que a criança seja matriculada em outro ano, sem ter uma escolaridade anterior, o Conselho está exercendo, segundo a Lei Municipal nº 8.869/1996, sua função
- (A) propositiva.
 - (B) consultiva.
 - (C) de assessoramento.
 - (D) normativa.
 - (E) fiscalizadora.
- 39.** A busca constante pela qualidade do atendimento nas instituições de Educação Infantil remete a uma análise sobre o papel da avaliação institucional, uma vez que ela pode trazer elementos para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola. Assim, em relação ao processo de avaliação institucional, a Resolução SME nº 14/2014 estabelece, em seu artigo 6º, que
- (A) o processo de avaliação interna deverá ser coordenado pelo Diretor da unidade educacional, que atuará como articulador de todo o processo.
 - (B) a avaliação institucional participativa das unidades de Educação Infantil ocorrerá apenas no âmbito interno da unidade educacional.
 - (C) o Supervisor Educacional deverá responsabilizar-se pela otimização de tempos e espaços, para o desenvolvimento do processo de avaliação interna nas unidades educacionais.
 - (D) aos docentes participantes da Comissão Própria de Avaliação poderão ser atribuídas horas projeto que pode variar de 04 (quatro) a 09 (nove) horas projetos semanais.
 - (E) o Conselho das Escolas Municipais de Campinas é a instância central de discussão e deliberação no âmbito das unidades educacionais no se se refere à avaliação institucional.
- 40.** O projeto de implantação de um sistema próprio de avaliação na Rede Municipal de Ensino de Campinas constitui um modelo de avaliação institucional, cujos princípios básicos são a qualidade negociada entre as escolas e o poder público e a participação solidária entre todos os segmentos envolvidos com a unidade escolar. O processo de avaliação externa de desempenho dos estudantes, uma das etapas da Avaliação Institucional Participativa na Rede Municipal de Ensino de Campinas, fundamenta-se nas matrizes de avaliação, que são entendidas como
- (A) o referencial curricular mínimo do que será avaliado em cada área, informando as competências e habilidades esperadas dos alunos.
 - (B) um quadro formado por um conjunto de descritores que se referem às práticas de transmissão e às práticas de apropriação.
 - (C) o currículo escolar vigente no Brasil, estabelecendo o que deve ser aferido por meio de um instrumento de medida.
 - (D) o processo que permite diferenciar os alunos que conhecem o conteúdo e já desenvolveram as competências requeridas dos demais.
 - (E) o índice de dificuldade de cada questão, o que permite equilibrar as provas com questões de diferentes graus de dificuldade.

41. A Resolução SME nº 05/2008 estabelece as diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das Unidades Municipais de Ensino Fundamental e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação. Afirma que a Avaliação Interna ou Autoavaliação das Unidades Municipais de Ensino Fundamental é o processo pelo qual a Unidade Educacional constrói conhecimento sobre sua própria realidade com a finalidade de planejar as ações destinadas ao aprimoramento institucional e à superação das dificuldades. Determina, em seu artigo 2º, que terá, obrigatoriamente, como membro e articulador deste processo o
- (A) Coordenador Pedagógico.
 - (B) Orientador Pedagógico.
 - (C) Diretor Educacional.
 - (D) Vice-Diretor.
 - (E) Supervisor Educacional.
42. A Resolução SME nº 16/2018 estabelece as diretrizes e normas para o planejamento, a elaboração e a avaliação do Projeto Pedagógico das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Campinas. Em seu artigo 10, estabelece as competências do Supervisor Educacional, dentre elas, encontra-se
- (A) fornecer os subsídios técnicos e pedagógicos à realização dos Projetos Pedagógicos das unidades educacionais.
 - (B) planejar e desenvolver ações formativas em atendimento às demandas indicadas no Projeto Pedagógico das unidades educacionais.
 - (C) assessorar e acompanhar a elaboração e a implementação dos planos de ensino/trabalho coletivos e individuais dos Professores.
 - (D) encaminhar o Projeto Pedagógico da Unidade Educacional para publicação da respectiva portaria em Diário Oficial do Município.
 - (E) validar, após consolidação pelo Diretor Educacional, os planos individuais de ensino/trabalho dos professores na plataforma digital.
43. A Resolução SME nº 16/2018 concebe o Projeto Pedagógico como um documento que registra o compromisso público da comunidade escolar em aperfeiçoar, continuamente, a educação ofertada na unidade educacional. Estabelece, em seu artigo 4º, que ele deve ser organizado em três eixos, a saber:
- (A) bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico; definição de qualidade das aprendizagens e fundamentos da gestão democrática.
 - (B) diagnóstico da realidade; concepção sobre educação, conhecimento e avaliação da aprendizagem e perfil dos sujeitos.
 - (C) caracterização e organização pedagógica; avaliação institucional interna e planos de trabalho.
 - (D) plano de acompanhamento de acesso, permanência e superação da retenção escolar dos estudantes; educação especial e planos de trabalho.
 - (E) avaliação institucional interna; planos de trabalho e concepção da organização do espaço físico da instituição escolar.
44. Para Vygotsky (In: Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação), a escola tem papel fundamental no desenvolvimento humano. Para além da família, a escola promove aprendizagens da vida em grupo e constitui-se num lugar específico para que as crianças, jovens e adultos sistematizem conhecimentos, principalmente por meio dos chamados conceitos científicos. Para o teórico da educação
- (A) o sujeito pode, por si só, graças ao uso da razão, estabelecer suas certezas, liberando-se do que a tradição procura pura e simplesmente impor.
 - (B) o sujeito é um mero reflexo de comportamentos assimilados, seu desenvolvimento é uma determinação biológica.
 - (C) o controle da natureza e o controle do comportamento do indivíduo são processos independentes.
 - (D) o ser humano se constitui socialmente, toda aprendizagem se dá mediada pelo outro, nas relações sociais.
 - (E) o sujeito é independente do meio social onde vive, uma vez que o pensamento racional é fruto de sua abstração reflexiva.

45. O documento *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação* estabelece os princípios que devem orientar o currículo concretamente realizado nas práticas escolares, no Ensino Fundamental/EJA, Anos Finais, da Rede Municipal de Ensino de Campinas. Assim, ao afirmar que o conhecimento deve estar contextualizado nas práticas sociais remetendo à ideia de práxis, que se define pelo movimento dialético entre a teoria e a prática, entre a vida na escola e a vida fora dela, está se referindo ao princípio que remete à
- (A) articulação com o mundo do trabalho.
 (B) valorização da experiência extraescolar dos alunos.
 (C) educação para a cidadania.
 (D) apropriação e à produção de cultura.
 (E) promoção de uma postura investigativa do aluno.
46. O documento *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação*, elaborado pela Secretaria Municipal de Campinas, afirma que sua elaboração e sistematização é o primeiro passo, o começo de uma nova etapa que traz a sua implementação, num processo contínuo de reflexão e ação que contribua para uma educação de qualidade. Nesse sentido, Diretriz Curricular
- (A) constitui-se em princípios que orientam o trabalho educativo na rede municipal de educação.
 (B) corresponde à grade curricular a ser seguida pelas escolas públicas da rede municipal.
 (C) é o balizamento e/ou demarcação genéricos para as práticas pedagógicas nas escolas.
 (D) é uma prescrição que visa homogeneizar a educação dos bebês e das crianças pequenas.
 (E) constitui-se numa referência curricular para os profissionais da educação, que são os seus executores.
47. Na discussão sobre “Manifestações expressivas dos bebês e crianças pequenas” contidas no documento *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação*, analisa-se questões tais como “se alfabetiza ou não na educação infantil”, “se prepara ou não para o ensino fundamental”, dentre outras. Nessa discussão, aborda-se o tema letramento, que no documento é entendido como
- (A) processo de treino, no qual se estabelecem as relações entre fonemas e grafemas.
 (B) processo de alfabetização da criança, quando ela se encontra na fase pré-silábica.
 (C) habilidade de codificação e decodificação da língua escrita pela criança.
 (D) capacidade do indivíduo de se comunicar por meio de um texto escrito.
 (E) constitutivo de uma educação intencional ao experienciar a função social da escrita.
48. A Secretaria Municipal de Educação de Campinas, ao tratar da educação especial nas *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: um processo contínuo de reflexão e ação*, manifesta que a construção dessas Diretrizes se substancia no comprometimento real dos gestores das políticas educacionais ao planejarem ações que atinjam as diferentes instâncias que contextualizam a vida da pessoa com deficiência. Assim, a proposta educacional para inclusão escolar
- (A) baseia-se em conceitos médicos, em diagnósticos e em práticas escolares com ênfase nas deficiências.
 (B) preocupa-se com a valorização da pluralidade, das diferenças, da reorganização dos tempos e as aquisições de conhecimento e formas de aprendizagem.
 (C) organiza-se como um ensino paralelo e substitutivo ao ensino comum com diferentes compreensões, terminologias e modalidade.
 (D) oferece ao aluno com deficiência a oportunidade de transitar no sistema escolar, da classe regular ao ensino especial, em todos os seus tipos de atendimento.
 (E) defende a integração da pessoa com deficiência, promovendo a sua adequação à escola, que se mantém inalterada.
49. A Educação de Jovens e Adultos – EJA no Sistema Educacional Brasileiro figura como uma função reparadora que, ao mesmo tempo, é vista como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA é concebida como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. Nesse sentido, dentre o princípios estabelecidos nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*, figura o da diferença, que estabelece
- (A) os procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas, determinando o conteúdo para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula.
 (B) a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação.
 (C) a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias, com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.
 (D) o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da escolaridade na educação de jovens e adultos.
 (E) a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores.

50. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais. A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa. Assim, segundo as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos*, a equidade

- (A) refere-se à dimensão didática, diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos.
- (B) trata-se de uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu.
- (C) reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.
- (D) alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.
- (E) refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Está sendo debatido na Justiça do Trabalho do mundo inteiro o formato Uber de trabalho, que já é chamado de uberização das relações de trabalho. A Justiça do Trabalho brasileira, seguindo a tendência internacional, vem sendo provocada a decidir em recentes reclamações trabalhistas que requerem vínculo de emprego para motoristas inscritos na plataforma Uber de trabalho.

A empresa estadunidense venceu algumas importantes batalhas em sua pátria mãe, mas vem sofrendo algumas derrotas pelo mundo. É certo que o debate ainda está apenas no começo, mas já existem algumas decisões interessantes pelo mundo e também no Brasil.

(Disponível em: <https://torresani.jusbrasil.com.br/artigos/482070647/motoristas-do-uber-possuem-vinculo-de-emprego-ou-nao>. Acesso em: 29.07.2019. Adaptado)

TEXTO 2

Em um caso no qual motoristas do serviço Uber reivindicavam o reconhecimento de seus vínculos empregatícios com a companhia por trás do *app*, um juiz federal norte-americano julgou em favor do Uber.

Conforme a reivindicação dos motoristas do serviço, eles teriam direito a salário-mínimo, plano de saúde e algumas outras proteções que as leis trabalhistas dos EUA oferecem para profissionais devidamente contratados. No entanto, o juiz reconheceu que os motoristas são *freelancers* e não empregados propriamente ditos, considerando que eles podem trabalhar apenas quando querem e fazer o que acharem necessário nos intervalos entre as corridas.

Um porta-voz do Uber afirmou que a empresa está satisfeita com o resultado do processo. O advogado dos motoristas, entretanto, pretende apelar da decisão em última instância.

(Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/129259-justica-eua-decide-favor-uber-em-caso-vinculo-empregaticio.htm>. Acesso em: 29.07.2019. Adaptado)

TEXTO 3

A Justiça de Minas reconheceu vínculo empregatício entre Uber e motorista. Para a caracterização da relação de emprego, é necessário demonstrar a prestação de serviços com pessoalidade sob dependência do empregador e mediante salário. Assim entendeu a 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região ao reconhecer o vínculo empregatício de um motorista do Uber.

Para a juíza convocada Ana Maria Espi Cavalcanti, trata-se de trabalho remunerado, na medida em que o motorista recebia semanalmente pela produção, descontados a participação e os valores recebidos em moeda. “O contrato de adesão firmado entre o Uber e o motorista deixa claro que a empresa de aplicativo define os valores a serem pagos pelos clientes e gerencia o pagamento ao motorista”, diz.

Segundo a juíza, o Uber se destina a um setor de atividade específico – transporte de passageiros – e não há dúvidas de que controla e desenvolve o negócio, estabelecendo os critérios de remuneração de seus motoristas. “Na prática, o motorista se sujeita às regras estabelecidas ao seu poder disciplinário, como a desativação do trabalhador com baixa/má reputação.

(Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-29/justica-mg-reconhece-vinculo-emprego-entre-uber-motorista>. Acesso em: 29.07.2019. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o seguinte tema:

DEVEM SER RECONHECIDOS OS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ENTRE MOTORISTAS E UBER?

REDAÇÃO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

